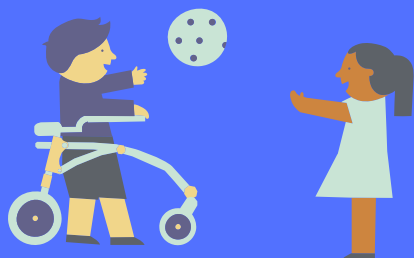




MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA EM REDE NACIONAL



CADERNO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EXITOSAS:



por uma Educação Física escolar
inclusiva

FRANCIELLI DE BARROS DELAZARI

ORIENTADORA:
PROF^ª. DR^ª. ISABEL CRISTINA VIEIRA COIMBRA DINIZ

FRANCIELLI DE BARROS DELAZARI

ORIENTADORA:

PROF^a. DR^a. ISABEL CRISTINA VIEIRA COIMBRA DINIZ

CADERNO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EXITOSAS:

por uma Educação Física
escolar inclusiva

Recurso pedagógico integrante
de uma pesquisa de mestrado

Mestrado
Profissional Educação Física
em Rede Nacional



Belo Horizonte
2024



D343e
2024

Delazari, Francieli de Barros

Caderno de práticas pedagógicas exitosas: por uma Educação Física escolar inclusiva / Francieli de Barros Delazari. – Mestrado Profissional em Educação Física em rede nacional, 2024.

Orientadora: Isabel Cristina Vieira Coimbra Diniz

1 recurso eletrônico.

Bibliografia: f. 62-68.

ISBN 978-85-61537-31-9 (ebook)

1. Inclusão. 2. Educação Física escolar. 3. Acessibilidade. 4. Práticas pedagógicas. 5. Educação inclusiva. I. Diniz, Isabel Cristina Vieira Coimbra.

CDU:371.9

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Iris da Silva. CRB6 2283.

Aos alunos que me ensinaram o verdadeiro significado da inclusão, à minha família e aos colegas de profissão.



Apresentação

Seja bem-vindo(a) ao nosso e-book, "Caderno de Práticas pedagógicas exitosas: por uma Educação Física escolar inclusiva". Este Recurso Pedagógico é resultado de uma pesquisa realizada entre os anos 2023 e 2024 no Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF)/UFMG.

Este livro eletrônico é dedicado a explorar e promover a inclusão de todos os alunos nas aulas de Educação Física, com um foco especial em alunos com deficiência. Nossa missão é fornecer aos educadores ferramentas, estratégias e conhecimentos necessários para criar um ambiente inclusivo e acessível a todos os estudantes, valorizando suas habilidades e potencialidades. A inclusão é um princípio fundamental na educação contemporânea, e a Educação Física, como componente essencial do currículo escolar, desempenha um papel crucial nesse processo.

Este e-book é fruto de uma extensa pesquisa e prática docente, compilando teorias, metodologias e exemplos práticos que visam a transformar a Educação Física em uma disciplina verdadeiramente inclusiva. Nele é apresentada uma proposta pedagógica baseada em minha trajetória como professora-pesquisadora da Escola Estadual Benedito Valadares. Este trabalho se fundamenta em referenciais teóricos com foco na inclusão de pessoas com deficiência na Educação Física Escolar.

Ao longo deste e-book, você encontrará, fundamentos Teóricos, estratégias Pedagógicas, estudos de caso, ferramentas e recursos que podem ser utilizados para desenvolver aulas inclusivas, incluindo planos de aula, atividades adaptadas e avaliações inclusivas, além de reflexões sobre os desafios enfrentados na implementação de uma Educação Física inclusiva e como superá-los.

Esta Obra foi concebida para ser uma referência prática e acessível para professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e todos os profissionais da educação comprometidos com a inclusão.

Nosso objetivo é proporcionar uma compreensão abrangente e aplicada da inclusão na Educação Física, capacitando os educadores a promoverem um ambiente escolar acolhedor e equitativo para todos os alunos. Acreditamos que a inclusão na Educação Física não é apenas uma necessidade, mas uma oportunidade de enriquecer a experiência educacional de todos os estudantes, promovendo valores de respeito, cooperação e diversidade.

Nesse sentido, este volume é organizado em duas partes. Na primeira parte, além de um memorial com a problematização para a pesquisa desenvolvida, apresentamos o edifício teórico que fundamenta a investigação realizada e os conceitos orientadores para uma Educação Física escolar com abordagem inclusiva. Na segunda parte, compartilhamos algumas práticas inclusivas bem-sucedidas desenvolvidas na Escola Estadual Benedito Valadares, duas unidades didáticas com exemplos de planos de aula e finalizamos com nossas considerações finais

Nossa expectativa é que o conteúdo desenvolvido neste volume, inspire e estimule o professor de Educação Física a ampliar seu olhar e sua jornada de aprendizado na perspectiva de uma prática docente mais inclusiva fazendo diferença na vida escolar de seus alunos.

Vamos juntos construir uma Educação Física Escolar verdadeiramente inclusiva!

Boa leitura!
As autoras



Sobre as autoras



Francieli de Barros Delazari

Possui Licenciatura (2015) e Bacharelado (2017) em Educação Física pelo Centro Universitário Univértix - Matipó/MG. Graduada em Matemática pela Universidade Metropolitana de Santos (2020). Especialização Lato Sensu em Atividade Física e Saúde pela Faveni (2018). Especialização Lato Sensu em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Vértice (2018). Pós-graduada em A Moderna Educação: Metodologias, Tendências e Foco no Aluno pela PUCRS (2022). Mestranda do PROEF, Mestrado Profissional em Educação Física, UNESP/UFMG (2022). Pós-graduanda em Educação e Mineração no Projeto Pedagógico da Escola: do Rompimento à Revitalização na Bacia do Rio Doce-MG (2024). Atualmente, é professora de Educação Física da Escola Estadual Benedito Valadares.



Prof.ª. Dr.ª. Isabel Cristina Vieira Coimbra Diniz

Possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais (1986). Mestrado em Educação Física (bolsista CAPES) pela Universidade Federal de Minas Gerais (1998). Doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Doutorado sanduíche (bolsista CAPES) em Linguistique pela Universidade de Paris-Sorbonne IV (2013). Pós-Doutorado em Dança pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-Doutorado (bolsista CNPq) em Artes e Humanidades pela Universidade de Lisboa/Portugal (2023). Professora Associada na Universidade Federal de Minas Gerais atuando na graduação (licenciatura e bacharelado) do Curso de Educação Física e na pós-graduação junto ao Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF) UNESP - Polo UFMG. É Líder do Grupo e Pesquisa Concepções Contemporâneas em Dança (COODA/CNPq) da UFMG, vice-líder do Grupo de Pesquisa CONTEC/CEFET/CNPq e pesquisadora do Grupo de Pesquisa EDUDANÇA/UFMG/CNPQ. Coordenadora do Programa de Dança Experimental e de inúmeros projetos da Extensão da UFMG. Tem experiência no campo da Educação, da Linguagem, da Cultura e das Artes, atuando principalmente nas seguintes áreas: Educação Física, Educação Física Escolar, Dança, Dança Experimental, Linguagem & Tecnologia e Semiótica Francesa.

“Não há mudança sem sonho,
como não há sonho sem esperança.”
(PAULO FREIRE)





Sumário

MEMORIAL	11
PARTE 1: A DANÇA DOS CONCEITOS	
Educação e Inclusão	14
Educação Física e Inclusão	20
O capacitismo no âmbito escolar	25
O Chão da Escola e a Educação Física: a acessibilidade em cena	30

PARTE 2: PRÁTICAS INCLUSIVAS EXITOSAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA COMPARTILHADA

Tema I- Unidade Didática: Brincadeira e Jogos.....	41
Tema II- Unidade Didática: Esportes.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63
Referências das figuras	70

Memorial

Desde sempre, minha jornada acadêmica se desdobrou em escolas públicas, culminando em minha formação no Ensino Médio no ano de 2012. Ao longo desse percurso, meu interesse pela área da Educação sempre foi evidente, inicialmente direcionado para uma Licenciatura em Matemática. Esse caminho se delineou devido à minha afinidade com os cálculos e a facilidade tanto em aprender quanto em ensinar essa disciplina. Dessa forma, minha trajetória como educadora começou cedo, ainda no Ensino Fundamental, quando já ministrava aulas particulares para colegas de classe que precisavam de reforço.

Em 2013, conquistei uma bolsa integral pelo PROUNI e ingressei na Faculdade Univértix, em Matipó, no curso de Licenciatura em Educação Física. Embora minha intenção inicial tenha sido cursar Matemática, minha escolha pela Educação Física foi motivada pelo desejo de me tornar professora, sendo essa a única licenciatura oferecida pela instituição. Durante o curso, me encantei pela área e, mesmo tendo sido aprovada em Matemática na UFES no mesmo ano, optei por seguir com a Educação Física. Em 2015, no último período da faculdade, fui monitora da disciplina Anatomia Humana II.

Antes mesmo de me formar, em 2015, prestei meu primeiro concurso público estadual para o cargo de professora de Educação Física na SRE de Ponte Nova, MG. Com a aprovação, iniciei minha carreira docente em 2016.

Em 2017, comecei a lecionar na escola que efetivei em 2020 e que trabalho até hoje. Uma instituição referência em práticas inclusivas, com infraestrutura adaptada e uma equipe comprometida.

Em 2018, concluí uma Pós-graduação em Docência do Ensino Superior na Univértix, mesma instituição onde me formei.

Paralelamente a essas atividades, concluí uma segunda Licenciatura em Matemática em 2019, embora tenha percebido que minha identificação era maior com a Educação Física Escolar.

Desejando aprimorar minha prática docente e interessada em atuar no ensino superior, iniciei em 2020 o processo de ingresso em cursos de mestrado. Aprovada no Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente na Faculdade Dinâmica em Ponte Nova (FADIP), não ingressei, pois, buscava por uma bolsa integral. No entanto, persisti e, em 2021, fui aprovada novamente na mesma instituição, mas optei por continuar buscando a bolsa integral. Mais tarde, ingressei na especialização A Moderna Educação: metodologias, tendências e foco no aluno, na PUC-RS online.

No final de 2022, tive acesso ao edital do PROEF no curso de mestrado profissional em Educação Física em rede da Unesp, sendo aprovada e contemplada com essa oportunidade, que representa a realização de um sonho.

Como aluna mestranda do PROEF, percebo o papel fundamental da pesquisa na produção de conhecimento na área da Educação Física Escolar. Minha expectativa é contribuir para esse campo de conhecimento e aplicá-lo em minha prática docente, especialmente no que diz respeito à inclusão social dos alunos.

Desde o início de minha carreira docente, a educação inclusiva tem sido uma das questões que mais me interessam.

Meu trabalho em uma instituição reconhecida por sua inclusão me fez refletir sobre as práticas pedagógicas que tornam essa escola tão inclusiva. Com essa motivação, essa pesquisa se volta para as práticas pedagógicas da Escola Estadual Benedito Valadares, visando contribuir para uma Educação Física inclusiva e significativa.

Francielli de Barros Delazari



Parte 1

A DANÇA DOS CONCEITOS

- Educação e Inclusão
- Educação Física e Inclusão
- O capacitismo no âmbito escolar
- O Chão da Escola e a Educação Física: a acessibilidade em cena

Educação e Inclusão

A Educação de qualidade é um direito de todos e por meio dela é possível o desenvolvimento humano em todas as suas esferas: cognitiva, física, motora, emocional, social e cultural. Paulo Freire defende em a Pedagogia do oprimido (1987), uma educação libertadora em que os sujeitos tenham sua própria visão do mundo. Em a Pedagogia da Autonomia (2011) ele escreve que “a educação é uma forma de intervenção no mundo”.

A Constituição Federal de 1988 garante que todos devem ter acesso a uma educação de qualidade. A Lei nº 9.394/96 estabelece a gratuidade do ensino público e a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

De acordo com Vago (2012):

A educação pública de qualidade é condição indispensável para a construção e a realização de um País democrático e socialmente justo. Partilho do entendimento de que não há possibilidade de pensar alternativas para os graves problemas sociais sem a participação da escola pública (VAGO, 2012, p.61).



No entanto, durante muito tempo, vários grupos foram excluídos do âmbito educacional. As mulheres, que tinham a obrigação de cuidar do lar, os povos escravizados e os pobres, que tinham a função de sustentar os brancos e ricos, e as pessoas que tinham alguma deficiência, seja física ou intelectual, que eram vistas como seres incapazes de estudar e trabalhar. Para Freire (2020):

A classe dominante tomou-a para si como um dos mecanismos capazes de reproduzir a sociedade dos poucos que sabem e podem e dos muitos que permanecem excluídos e proibidos de ser, saber e poder. (FREIRE, 2020, P.120)

Em passos lentos, a educação foi se transformando e vários grupos foram aos poucos sendo incluídos, apesar de continuarem sofrendo preconceito e sendo a minoria. Entretanto, as pessoas com deficiência continuaram sendo negligenciadas e segregadas. A educação das mesmas acontecia apenas nas APAE's (Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais), que são escolas criadas em 1954 destinadas aos alunos com algum tipo de deficiência. Sendo assim, apesar de representar um avanço na escolarização, a criação de escolas especializadas fez com que as pessoas com deficiências continuassem excluídas da sociedade e não socializassem com as pessoas sem deficiência.

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional enfatiza no artigo 88 que “A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”. Garante, então, o compromisso do poder público com a educação especial.

O artigo 9º da LDB de 1971, estabelecia apenas que os alunos com deficiências físicas ou mentais e os superdotados deveriam receber tratamento especial. Observa-se que pouco ou nada era feito para que as diferenças fossem respeitadas e os alunos fossem realmente incluídos no sistema de ensino.

Em 1994, na Conferência Mundial de Educação Especial, originou-se a Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais que reconhecia “a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino” (UNESCO, 1994).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 representa um progresso para a inclusão das pessoas com algum tipo de deficiência. Ela estabelece:

atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996, p.2).

Garante ainda “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” além de:

Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996, p.27).



Apenas em 6 de julho de 2015, com a Lei N° 13.146 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) que foi assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis buscando alcançar o máximo desenvolvimento possível (BRASIL, 2015). Para Freitas (2006):

Há na educação inclusiva a introdução de um olhar. Uma maneira nova de se ver, ver os outros e ver a educação. Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada com base no entendimento de que é ela que precisa ser capaz de atender as necessidades de seus membros. Assim sendo, inclusão significa a modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania (FREITAS, 2006, p. 167).

Com isso, muitos alunos com deficiência integraram no sistema regular de ensino. Segundo Santos (2015), com esse número de matrículas cada vez maior, surge a necessidade de acessibilidade arquitetônica, pedagógica e comunicacional, como forma de garantir o atendimento à todas as necessidades e especificidades educacionais.

A implantação da sala de recursos, o direito a professores de apoio, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e até mesmo do PIP (Plano de Intervenção Pedagógica) para alunos com dificuldade de aprendizagem fizeram com que muitos direitos fossem garantidos. Ou seja, em muitos casos é necessário apoio individualizado de um ou mais profissionais para que o aluno se desenvolva ao máximo, além da colaboração dos demais alunos para que ele se sinta efetivamente incluído.

Para Bueno (2008), a inclusão escolar refere-se a incorporação de alunos que têm sido excluídos da escola. No entanto, o que ainda observa-se é que a verdadeira inclusão não ocorre em muitas instituições. Ainda hoje, há muitas escolas com infraestrutura inadequada e professores com formação insuficiente para melhor atender os alunos com deficiência, mesmo com a lei garantindo acessibilidade para todos os estudantes, formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado. Por isso, há tantos alunos invisíveis nas escolas, mesmo com a lei garantindo a inclusão.

Uma das formas de garantir que todos sejam incluídos no ambiente escolar é oferecendo acessibilidade, adaptação de currículos, e diferentes estratégias de ensino, de forma que as diferentes dificuldades, habilidades e estilos de aprendizagem sejam atendidos. De acordo com a LEI N° 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, art 3°, acessibilidade é a:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p.1).

Assegurar que todas as pessoas tenham seus direitos e limitações respeitadas é papel da educação e da sociedade. E para que essa esteja cada vez mais ciente da importância da inclusão, é essencial que os alunos típicos convivam e aprendam a respeitar as diferenças. Para Capellini (2001), com a inclusão, os alunos sem deficiências podem desenvolver o respeito as diferenças, cooperação e solidariedade numa sociedade heterogênea.

Incluir é dever e uma forma de respeito ao ser humano. Apenas uma educação inclusiva é capaz de garantir o direito de todos ao exercício da cidadania e de desenvolvimento das potencialidades, evitando que as pessoas com deficiência evadam do âmbito educacional e voltem a ser apagadas da sociedade, fato que ocorreu durante muito tempo.



Educação Física e Inclusão

Historicamente a Educação Física também foi marcada pela exclusão. A disciplina passou a ser componente curricular apenas em 1996, pela LDBEN N° 9.394, pois antes era considerada atividade. Sua história foi marcada por mudanças e movida por motivos políticos de cada época. Assim como a Educação como um todo, a Educação Física era guiada pelas classes dominantes, que queriam formar cidadãos submissos ao sistema capitalista, pessoas fortes para a guerra ou ainda atletas. Durante muito tempo, o professor foi visto como treinador e o aluno como atleta. Sendo assim, pessoas menos habilidosas para o rendimento esportivo, mulheres e pessoas com alguma deficiência ficaram de fora das aulas de Educação Física.

A Educação Física escolar passou por inúmeras fases. Júnior (2003) destaca cinco tendências da Educação Física no Brasil. Até 1930, a Educação Física Higienista; de 1930 a 1945 a Militarista; de 1945 a 1965 a Pedagogicista; Pós 64 a Competitivista e por último a Educação Física Popular.

Segundo Filho (1991), para os higienistas a Educação Física tinha a função de formar corpos fortes e saudáveis que iriam contribuir para o desenvolvimento do país, e visava ainda multiplicar a população branca, acentuando assim o racismo. O militarismo usufruía da prática de hábitos higienistas e de exercícios sistematizados para o desenvolvimento da força, além de ser baseada no patriotismo. Os primeiros professores eram, então, os militares. As mulheres tinham que ser fortes e saudáveis para gerarem filhos capazes de defender o país.

Andrade (1999), aponta que durante os anos de 1930, o Brasil também experimentou uma transformação marcante, caracterizada pelo processo de industrialização e urbanização. Nesse cenário, a Educação Física desempenhava o papel de aprimorar o trabalhador, visando melhorar sua eficiência produtiva, estabelecendo uma conexão entre a eficácia corporal e a produtividade laboral.

Segundo Júnior (2003), a Educação Física Pedagógica defende uma Educação Física que promove a educação integral.

A Educação Física Competitivista é marcada pelo tecnicismo, com alunos sendo vistos como atletas, com o intuito de ter êxito nas competições e sob um conceito de concorrência e rendimento. Neste cenário, tanto as pessoas com deficiência quanto aquelas com habilidades menos desenvolvidas também enfrentavam significativas barreiras à participação, devido aos aspectos segregadores da prática esportiva. De acordo com Darido (2004):

É nesta fase da história que fatores tais como o rendimento, a seleção dos mais habilidosos, o fim justificando os meios estão mais presentes no contexto da Educação Física na escola. Os procedimentos empregados são extremamente diretivos, o papel do professor é bastante centralizador e a prática, uma repetição mecânica dos movimentos esportivos (DARIDO, 2004, p.7).

E a Educação Física Popular está relacionada a ludicidade e cooperação.

Até o movimento renovador na década de 80, pouco se falava de uma Educação Física crítica. De acordo com Darido (2001) com a ruptura da esportivização, novas abordagens foram sendo criadas para a Educação Física, sendo as mais citadas as de psicomotricidade, desenvolvimentista, construtivista, crítico-emancipatória e crítico-superadora. Essas novas práticas passaram a considerar o desenvolvimento global do indivíduo (BRACHT, 1999).

A Educação Física como mera atividade foi sendo substituída pela cultura corporal, apesar de ainda hoje, haver influência de todas as fases. Assim como em toda a Educação, a Educação Física busca a formação de cidadãos autônomos e políticos. Para González e Fensterseifer (2010):

A EF escolar, na condição de disciplina, tem como finalidade formar indivíduos dotados de capacidade crítica em condições de agir autonomamente na esfera da cultura corporal de movimento e auxiliar na formação de sujeitos políticos, munindo-os de ferramentas que auxiliem no exercício da cidadania (GONZÁLEZ E FENSTERSEIFER, 2010, p. 12).

A BNCC, utilizada atualmente, enfatiza que a Educação Física é o componente curricular que tematiza as práticas corporais como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos e o movimento humano como parte da cultura, dispostos nas unidades temáticas: Brincadeiras e jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Lutas e Práticas corporais de aventura.

Hoje em dia existe a preocupação de muitos em realizar aulas reflexivas, críticas e inclusivas. Nas aulas de Educação Física deve-se buscar a formação integral do aluno, a inclusão e a cooperação. A Educação Física é, portanto, uma disciplina que aborda a cultura corporal de movimento através de jogos, brincadeiras, esportes, ginásticas, lutas, danças, capoeira, entre outros. Os conteúdos da Educação Física fazem parte da cultura vivida, e a presença da disciplina de Educação Física na escola é relevante e justificada (VAGO, 2009). Segundo Vago (2012, p.68/69) é preciso conduzir a Educação Física Escolar para cultivar “o humano direito ao corpo” e considerá-la “como um tempo de enriquecer a experiência humana”.

No entanto, ainda hoje, nas aulas de Educação Física a exclusão torna-se evidente, principalmente quando o professor preza pela técnica e competição. Algo que não deveria ocorrer, visto que o papel da Educação Física Escolar é ofertar conhecimentos sobre a cultura corporal de movimento e propiciar o desenvolvimento pessoal e integral dos alunos, e não fomentar a competição e o desempenho atlético, fato que muitas vezes colabora para atitudes excludentes.

A falta de locais e recursos apropriados e atividades adaptadas à todas as necessidades, também faz com que muitos estudantes com alguma deficiência não participem das aulas e, portanto, não compreendam o papel da Educação Física escolar e não desenvolvam as habilidades referentes à essa disciplina. Para Vago (2012) é preciso pensar em maneiras de acolher todos os corpos, e respeitar as formas de expressão dos protagonistas: crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Apesar de ser componente curricular, a Educação Física ainda é muitas vezes vista apenas como atividade prática. Isso porque alguns alunos podem ser dispensados das aulas. A dispensa pode ocorrer quando o aluno trabalha por mais de seis horas diárias, quando a mulher tem filho, quando o aluno está cumprindo o serviço militar e para pessoas com mais de 30 anos (Brasil, 2003). Ou ainda, quando atestados médicos apontam impossibilidade por razões de saúde. Nota-se, portanto, que apesar dos avanços, a Educação Física ainda é vista apenas como uma prática desprovida de outros benefícios e de capacidade crítica e reflexiva, além de reforçar a exclusão de pessoas com deficiência. Como aponta Salerno e Araújo (2004), nas aulas de Educação Física nas escolas, ainda existem dispensa de alunos que apresentam deficiência, ou há a atuação passiva dos mesmos, participando apenas como espectadores ou auxiliares.

Portanto, a inclusão é mais que cumprir diretrizes legais e preencher documentos. Trata-se de uma abordagem educacional que vai além do pedagógico, pois além de promover a equidade, oferece a possibilidade de desenvolver empatia, aceitação da diversidade, e desenvolve seres humanos (professores e alunos) mais conscientes e inclusivos em nossa sociedade. Busca-se então, o bem-estar e coloca o aluno como centro do processo educativo.

Neste sentido, a Educação Física escolar precisa desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento global, não apenas dos alunos com deficiência, mas de todos. Ela é uma parte essencial do currículo, que contribui para o crescimento físico, emocional, social e cognitivo dos mesmos. É ambiente para a celebração da diferença e combate a qualquer forma de discriminação, seja de gênero, habilidade, orientação sexual, etnia, ou qualquer outra característica.



O capacitismo no âmbito escolar

O capacitismo refere-se à discriminação ou preconceito contra pessoas com deficiência, perpetuando a ideia de que ter uma deficiência é inferior ou anormal. Para Dias (2013), é a concepção social que a pessoa com deficiência é menos apta ou incapaz de gerenciar a própria vida. De acordo com Marchesan e Carpenedo (2021) o capacitismo surge numa cultura que despreza as diferenças e exalta a aptidão para a produção do mundo industrializado exigido por classes dominantes, buscando servir aos interesses políticos e econômicos.

Infelizmente, o capacitismo pode estar presente em vários setores da sociedade, incluindo nas escolas. A pressão para que os alunos com deficiência se enquadrem em padrões considerados "normais" pode criar um ambiente onde suas necessidades individuais não são atendidas, perpetuando a ideia de que a normalidade é desprovida de diversidade.

Alunos com deficiência podem enfrentar desafios também para participar de atividades extracurriculares, eventos escolares ou interações sociais devido à falta de suporte e adaptações. Ou ainda, antes mesmo da entrada dos filhos na escola, algumas famílias já experimentam os efeitos das barreiras atitudinais. Conforme observado por Lima e Silva (2008), argumentos convencionais das escolas que mascaram barreiras atitudinais tentam disfarçar ações discriminatórias sob o pretexto da benevolência, ao afirmarem: estamos agindo no melhor interesse do aluno. Essa forma de negação, embora nem sempre seja expressa de maneira direta, é sutil e carrega consigo uma atitude de rejeição, o que contraria os princípios da inclusão.

Sousa e Farias (2019) destacam ainda que o capacitismo se manifesta também através de práticas super protetoras, quando pessoas com deficiência não experimentam obstáculos maiores, por excesso de cautela de pais e educadores, o que impossibilita as possibilidades de desenvolvimento destas pessoas. Cunha (2014), afirma o mesmo, quando enfatiza que a proteção com crianças com deficiência muitas vezes, impede interações sociais, temendo que tais interações possam ser traumáticas. No entanto, aponta ainda que é importante que a escola compreenda e reconheça as preocupações e inseguranças das famílias.

Somado a isso, o currículo escolar pode não ser adaptado para incluir experiências, perspectivas e contribuições de pessoas com deficiência. Isso pode contribuir para a marginalização e a invisibilidade desses grupos na educação. A presença do aluno na escola regular muitas vezes é apenas para que ele socialize, não havendo a preocupação em desenvolvê-lo ao máximo. Na perspectiva de Santos e Souza (2021), a cultura capacitista nas escolas dificulta a aprendizagem do aluno com deficiência e contribui para o fracasso escolar.

Para Mendes (2004), é crucial educar crianças com deficiência junto com seus colegas em escolas inclusivas, não apenas para oferecer oportunidades de socialização e combater estereótipos sobre limitações, mas também para ensinar aos alunos habilidades e conhecimentos essenciais para sua vida futura, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

Pessoas com deficiência (PCDs) podem ser alvos de *bullying* e de falas e expressões capacitistas no âmbito escolar e fora dele, o que cria um ambiente hostil e prejudicial. Atitudes depreciativas e estereótipos negativos podem ser difundidos, contribuindo para a exclusão social. De acordo com Ribas (1994), refere-se a uma representação ou imagem que criamos das pessoas com deficiência, muitas vezes associada ao uso indiscriminado de termos como "excepcional", "inválido", "louco", "aleijado", "anormal", entre outros.

Combater o capacitismo nas escolas requer um compromisso coletivo para criar ambientes inclusivos e acessíveis. Isso envolve a implementação de políticas inclusivas, formação para educadores, promoção da conscientização e a garantia de que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades para aprender e participar plenamente da vida escolar, sem sofrer nenhum dano e/ou preconceito.

Alunos com deficiência muitas vezes precisam de recursos e apoios adicionais para garantir uma educação inclusiva. A falta de profissionais capacitados, arquitetura adequada, equipamentos adaptados e métodos de ensino personalizados pode resultar em barreiras significativas ao aprendizado.

O capacitismo na educação física escolar pode se manifestar de várias maneiras, prejudicando a participação plena de alunos com deficiência. Muitas vezes, o currículo de educação física não é adaptado para atender às necessidades específicas de alunos com deficiência. Isso pode excluir esses alunos das atividades físicas ou limitar seu envolvimento, resultando em uma experiência educacional inadequada.

Quanto aos métodos avaliativos, as avaliações físicas podem ser baseadas em padrões normativos que não levam em consideração as capacidades individuais dos alunos com deficiência. Isso cria barreiras adicionais para sua participação e sucesso na disciplina.

A ausência de equipamentos e instalações adaptadas pode dificultar a participação ativa de alunos com deficiência em atividades físicas e limitar suas oportunidades de aprendizagem.

Professores e colegas podem exibir atitudes discriminatórias, como expectativas reduzidas em relação às habilidades dos alunos com deficiência. Isso pode criar um ambiente hostil e desencorajar a participação ativa desses alunos nas aulas de educação física. Além do uso de expressões capacitistas durante as aulas. De acordo com, Lage, Lunardelli e Kawakami (2023) o capacitismo se manifesta através de atitudes conscientes ou inconscientes internalizadas pela sociedade.

Estas atitudes, frequentemente, incluem comportamentos diretos, como o uso de linguagem depreciativa, olhares ofensivos e distanciamento físico, assim como comportamentos mais sutis, disfarçados como gestos de proteção ou compaixão, e até mesmo através de elogios à capacidade de superação ou algo semelhante.

Muitos professores de Educação Física podem não receber treinamento adequado em como adaptar suas práticas para atender às necessidades de alunos com diferentes tipos de deficiência. Isso pode resultar em desconhecimento sobre estratégias inclusivas e na criação de barreiras.

A falta de inclusão pode levar à segregação de alunos com deficiência durante as aulas de Educação Física, contribuindo para o isolamento social.

Para combater o capacitismo na Educação Física escolar é crucial adotar práticas inclusivas que considerem as necessidades individuais de cada aluno. Isso pode incluir a adaptação do currículo, o fornecimento de equipamentos adaptados, a implementação de avaliações justas e a promoção de uma cultura escolar que valorize a diversidade e a inclusão. Para Martin (2017), a batalha contra o capacitismo envolve dismantelar conceitos de corpos e padrões ideais de capacidade humana.

Professores devem receber formação adequada para garantir que a Educação Física seja verdadeiramente acessível a todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou limitações físicas.

No contexto esportivo, o capacitismo também se faz presente. Para Leite (2019), é equivocado supor que, devido às suas limitações físicas ou intelectuais, as pessoas com deficiência não são capazes de participar de atividades esportivas, seja recreativas ou de alto desempenho; contanto que as regras de segurança e os regulamentos esportivos sejam seguidos, envolver-se nessas atividades é um meio significativo de promover sua inclusão.

Kolotouchkina et al. (2021) apontam ainda que a exposição midiática do esporte paraolímpico, por exemplo, permanece limitada e permeada por estereótipos, o que distorce a percepção dos atletas com deficiência e impede sua completa integração social.

Segundo Lage, Lunardelli e Kawakami (2023), para a construção de uma sociedade anticapacitista, a divulgação de informações sobre o capacitismo e seus efeitos negativos pode ser vista como um aspecto crucial, pois o conhecimento é reconhecido como uma força transformadora na vida das pessoas.



O chão da escola e a Educação Física: a acessibilidade em cena

A acessibilidade refere-se à eliminação de barreiras como forma de garantir a todos os seus direitos. Trata-se de oferecer acesso físico e tecnológico além de combater atitudes discriminatórias. Ou seja, para que o ambiente escolar seja inclusivo, as instalações escolares devem ser acessíveis a todos os alunos, e os mesmos devem ser acolhidos pela comunidade escolar.

Muitas escolas podem não ser totalmente acessíveis a alunos com diferentes tipos de deficiências. Isso inclui instalações físicas, como edifícios sem rampas, elevadores ou banheiros acessíveis, bem como materiais de ensino não adaptados para diferentes necessidades. As dificuldades tornam-se ainda maiores nas aulas de Educação Física. Isso porque muitas instalações esportivas e equipamentos muitas vezes não são projetados levando em consideração a acessibilidade para pessoas com deficiência. Segundo Diehl (2006) as barreiras arquitetônicas são grandes dificuldades que o aluno com deficiência física enfrenta para a prática das aulas de Educação Física.

A falta de acessibilidade física nas aulas de Educação Física é um desafio significativo que pode limitar a participação plena dos alunos com deficiência nas atividades físicas escolares. A acessibilidade é fundamental para garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades físicas, tenham a oportunidade de se envolver em atividades físicas e esportivas, obtendo conhecimento sobre a cultura corporal.

A acessibilidade física não é a única existente. A falta de conscientização pode levar a atitudes discriminatórias ou à ignorância sobre as necessidades específicas dos alunos com deficiência, o que é outro tipo de falta de acessibilidade, que é a atitudinal. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, as barreiras atitudinais são “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

Métodos tradicionais de mediação e avaliação podem também não serem apropriados para todos os alunos. Oferecer opções flexíveis, permitindo que os alunos demonstrem suas habilidades de maneiras diversas, levando em consideração suas capacidades individuais, é uma forma de acessibilidade do currículo.

Além disso, deve haver tecnologias educacionais e recursos adequados para atender às necessidades individuais dos estudantes. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), as escolas devem garantir acessibilidade arquitetônica, comunicacional, atitudinal e tecnológica.

De acordo com o Art. 2º, Parágrafo Único da Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial:

Consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços (BRASIL, 2009, p.1).

Para Pasqualotti e Passerino (2006) a acessibilidade está intimamente relacionada com a inclusão, sendo assim, uma não existe sem a outra e ambas se complementam. Em encontro a essa abordagem, Rissi (2010), destaca que para incluir os alunos com deficiência, deve-se levar em consideração o acesso e a disponibilidade de espaços físicos adequados para recebê-los. Portanto, oportunizar condições de acessibilidade é necessário para a integração e permanência dos alunos com deficiência no âmbito escolar.

No entanto, a realidade no chão das escolas públicas brasileiras é bem diferente do que prega as leis. São poucas as escolas com rampas de acesso e equipamentos adaptados, por exemplo. Barcelos (2011), destaca que grande parte das escolas foram construídas sem levar em consideração as questões referentes a acessibilidade.

Nas aulas de Educação Física, muitas vezes, as barreiras arquitetônicas tornam-se ainda mais evidentes quando há alunos com deficiências físicas. Isso porque, com muita frequência, as quadras, ou o caminho até elas, não são acessíveis aos alunos com mobilidade reduzida. Neste caso, a acessibilidade refere-se ao acesso à quadra e demais locais para a realização das aulas, proporcionando locomoção, autonomia e segurança nos ambientes. Além disso, os materiais utilizados nas aulas devem ser acessíveis a todos os alunos.

A inclusão e acessibilidade nas aulas de Educação Física não apenas beneficiam os alunos com deficiência, mas também promovem um ambiente escolar mais inclusivo e enriquecedor para todos os estudantes. O foco na diversidade e na adaptação é essencial para garantir que a Educação Física seja uma experiência positiva e acessível para todos.

Sendo assim, em virtude da pouca ou nenhuma acessibilidade nas escolas públicas brasileiras, os professores precisam fazer adaptações em seus métodos e ou/conteúdos para que todos sejam incluídos. De acordo com Munster e Almeida (2006) é preciso que os professores de Educação Física realize as adaptações metodológicas necessárias adaptando também os materiais e as práticas para que o aluno com deficiência consiga participar das atividades propostas.

É importante então, pensar a acessibilidade para além da estrutura física. Segundo o MEC, “ambientes escolares inclusivos devem possibilitar não só o acesso físico, como permitir a participação nas diversas atividades escolares para todos” (BRASIL, 2009, p.15).

Para Carvalho (2008) é preciso que a escola seja um ambiente acolhedor e seguro para que os alunos ganhem autonomia. É necessário então, que as demais barreiras sejam rompidas (atitudinal e comunicacional). Neste sentido, Rodrigues e Lima-Rodrigues (2011), destacam a importância das escolas realizarem momentos reflexivos sobre a própria prática educativa.



A close-up, slightly blurred photograph of a wheelchair wheel. The wheel has a grey rim and thin spokes. The frame is blue with orange accents on the fenders. The background is a bright, out-of-focus indoor setting.

Parte 2:

**PRÁTICAS INCLUSIVAS EXITOSAS NO
CAMPO DA EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR**

UMA EXPERIÊNCIA COMPARTILHADA

Baseado na pesquisa realizada a escola que leciono tem se apresentado como um modelo de Educação Inclusiva. Os documentos que orientam o regimento interno da instituição, como o PPP da Escola Estadual Benedito Valadares enfocam a inclusão e a diversidade na aprendizagem, destacando a necessidade de iniciativas que garantam uma educação de qualidade para todos os alunos.

De acordo com as narrativas docentes, a atenção dedicada aos alunos com laudos começou por volta de 2011 ou 2012, quando a escola adotou uma postura mais inclusiva e passou a procurar ativamente esses laudos, colaborando com as famílias. Estabeleceu-se uma comunicação próxima com os familiares, discutindo as necessidades das crianças e, em alguns casos, formando parcerias com instituições como a APAE para obter os laudos médicos necessários. Esse período representou uma mudança significativa na abordagem da escola em relação à inclusão de alunos com deficiência, que passaram a ter direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). O AEE desempenha um papel crucial na atenção às demandas específicas dos alunos com deficiência, fornecendo recursos pedagógicos e de acessibilidade que complementam a educação convencional.

Atualmente, a instituição atende 37 alunos com algum tipo de deficiência, dos quais 20 são autistas. A escola apresenta práticas pedagógicas exitosas em relação à Educação Inclusiva. Entre elas, destaca-se a sala de recursos, estabelecida em 2013, onde são realizadas atividades suplementares às da sala de aula, no contra turno. Na sala de recursos, o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) guia as intervenções pedagógicas, envolvendo ativamente os professores, equipe pedagógica e familiares. Essas atividades complementam a instrução tradicional e são adaptadas individualmente de acordo com o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) de cada aluno.

A colaboração entre os professores da sala regular e os do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é fundamental para assegurar a eficácia do suporte especializado. A qualidade desse atendimento tem rendido reconhecimento à escola, que é cada vez mais procurada por alunos da Educação Especial e suas famílias devido ao compromisso demonstrado. Atualmente, a escola atende 47 alunos, incluindo 10 de outra instituição.

O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) elaborado pelos educadores da escola também desempenha um papel fundamental na adaptação do currículo às necessidades individuais desses alunos, garantindo um acesso equitativo a uma educação de qualidade. O PDI é um espaço que abrange diversas dimensões da vida do aluno, não se limitando apenas à esfera escolar. Nele, são considerados aspectos como o contexto familiar, com uma abordagem personalizada que descreve as preferências do aluno, suas características, eventuais pontos de dificuldade e estratégias para lidar com eles, além de informações sobre medicamentos e alimentação, incluindo preferências, restrições e alergias.

No contexto escolar, o PDI identifica as habilidades já adquiridas pelo aluno, propõe estratégias e metodologias para o ensino e oferece uma avaliação contínua de seu progresso, destacando áreas de melhoria e avanços alcançados. Além disso, a escola busca suporte externo, como o Serviço de Apoio à Inclusão (SAI), para melhorar o atendimento e promover a troca de experiências entre os educadores.

A Escola Estadual Benedito Valadares conta com 19 professores da educação especial, sendo 17 de apoio e 2 do AEE Sala de Recursos. Cada professor de apoio pode atender até três alunos matriculados no mesmo ano e turma escolar. A escola realiza então, planejamentos diferenciados para alunos com deficiência que precisem de adaptações, e também para alunos que não possuem laudos, mas apresentam dificuldades no aprendizado.

Outro ponto positivo em relação à educação inclusiva da Escola Estadual Benedito Valadares é a acessibilidade. A escola é repleta de rampas que dão acesso à todos os locais da instituição. Também há um banheiro adaptado. Possui materiais adaptados, como livros em Braille, Soroban e material concreto, além da impressora Braille. No entanto, mesmo antes da reforma, a escola já incluía os alunos com deficiência, o que mostra que a acessibilidade atitudinal é tão ou mais importante que a física.

A gestão apoia a inclusão e tem se destacado por sua abordagem proativa e comprometimento em garantir que todos os alunos tenham igual acesso a oportunidades educacionais de qualidade. Também está sempre pronta a atender os professores e auxiliá-los nos desafios. Essa gestão escolar incentiva a participação ativa de todos os alunos em atividades escolares e extracurriculares, criando um ambiente acolhedor e de apoio mútuo.

Portanto, o modelo mental da instituição mostra que todo corpo docente e discente inclui a todos sem distinção buscando o desenvolvimento integral de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Desde 2017 trabalho na Escola Estadual Benedito Valadares e desde que entrei na Instituição tenho alunos com deficiência. Neste ano, eu leciono apenas para os anos finais do Ensino Fundamental e tenho 21 alunos com laudo. Todos eles têm o PDI. Há outros alunos com déficit em aprendizagem, Daltonismo, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou Transtorno desafiador opositor (TOD). Esses não são público alvo da Educação Especial, mas têm o PIP quando necessário.

Os alunos com deficiência participam das aulas de Educação Física e são ajudados pelos colegas quando necessitam, além de terem as adaptações necessárias nas atividades. Na maioria das vezes são mudanças simples que não dependem muito de materiais adaptados, como: maior tempo para realização, menor percurso, troca de materiais, como por exemplo a utilização de formas ao invés de cores em algumas atividades para o aluno daltônico, ou utilização de sons no caso da aluna com deficiência visual. Em casos de alunos com paralisia, eles são incluídos com o auxílio de seus professores de apoio.

Atitudes que para nós muitas vezes podem ser simples, mas que para eles fazem total diferença, não apenas na aula, mas na vida. Pequenos gestos, como ouvir os alunos e entender seus anseios, são essenciais. Buscar sua inclusão e seu aprendizado, eliminando qualquer forma de *bullying* e concedendo-lhes o direito de ter suas singularidades respeitadas. Fomentar sua socialização e vínculos por meio do apoio dos colegas e de uma aprendizagem cooperativa. Proporcionar à esses alunos o sentimento de pertencimento a esse grupo.

Neste e-book, as unidades didáticas escolhidas, focadas em jogos, brincadeiras e esportes, foram selecionadas para demonstrar que práticas tradicionalmente vistas como competitivas podem ser transformadas em experiências inclusivas e colaborativas. Por meio dessas atividades, busca-se ensinar aos alunos a importância da convivência harmoniosa, do respeito às diferenças e da valorização da participação de todos, independentemente do resultado final. Além disso, essas práticas incentivam os alunos a compreenderem as necessidades dos colegas, promovendo um ambiente de aprendizado onde o desenvolvimento social e emocional é priorizado sobre a simples vitória.

O objetivo das atividades é promover o desenvolvimento integral dos indivíduos, valorizando a prática consciente e crítica das atividades físicas, esportivas e de jogos. Através dessa perspectiva, busca-se não apenas o aprimoramento das habilidades motoras, mas também a formação de sujeitos capazes de compreender, valorizar e participar ativamente da cultura corporal, reconhecendo sua importância na construção de um estilo de vida saudável, inclusivo e socialmente responsável. Além disso, trabalhar os princípios básicos dos conteúdos abordados.





Tema I Unidade Didática: Brincadeiras e Jogos



A inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física frequentemente exige apenas pequenas adaptações que podem não depender necessariamente de materiais específicos. Embora a acessibilidade ao local e materiais como a bola de guizo, por exemplo, sejam muito úteis para alunos com deficiência visual, a acessibilidade atitudinal também é fundamental. Isso pode incluir conceder mais tempo para a execução das atividades, reduzir a distância a ser percorrida, auxiliar o aluno na locomoção, colocar colegas para ajudá-los, ou integrá-los com o apoio dos professores de apoio. Essas alternativas permitem que os alunos com deficiência participem ativamente das aulas, compreendendo o papel da cultura corporal.

A unidade temática Brincadeiras e Jogos, presente na Base Nacional Comum Curricular de Educação Física pode ser uma maneira eficaz de engajar os alunos, promovendo habilidades motoras, cooperação, inclusão e diversão, além de conhecimentos sobre a cultura. Aqui estão três exemplos de planos de aula de brincadeiras que realizei com meus alunos, e que adaptei de acordo com a necessidade de algum aluno presente. Apesar de serem jogos competitivos, a cooperação é estimulada a todo tempo, assim como o ensinamento de que nem sempre ganhamos. Esses planos de aula podem ser ajustados conforme necessário para atender às necessidades específicas dos alunos e garantir que todos possam participar ativamente.



Plano de Aula 1:

Jogo da velha humano (adaptado)

Materiais:

Cones de duas cores, ou cones e chapéus chines.

Atividades:

1. Explicação do Jogo:

·A atividade foi relacionada ao jogo da velha tradicional, em que se usa um papel e canetas, e que o primeiro jogador a alinhar três de seus símbolos (X ou O) horizontalmente, verticalmente ou diagonalmente em um tabuleiro de 3x3, ganha a partida. No entanto, nesta atividade, são formadas duas filas que competirão entre si.

2. Atividade principal:

·Divida os alunos em duas equipes;

·Cada fila receberá cones de uma cor. Ao sinal do professor, um aluno de cada fila corre e coloca o cone no jogo da velha gigante, desenhado no chão à uma distância dos alunos. Ao retornar, bate na mão do colega que deve repetir o mesmo processo. Ganha a fila que conseguir colocar cones da mesma cor horizontalmente, verticalmente ou diagonalmente;

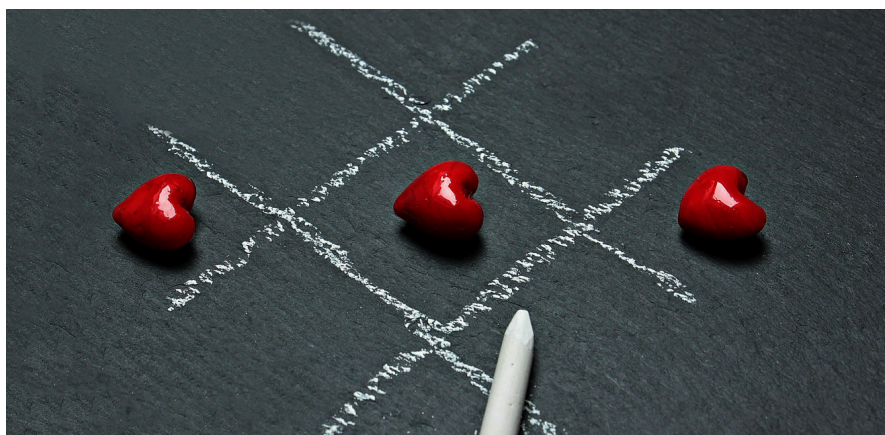
·Realize várias rodadas.

3. Encerramento:

.Reflexão sobre o que aprenderam, como podem trabalhar melhor em equipe e como adaptar a atividade às necessidades de todos.

Adaptações para uma Educação Física Inclusiva:

Criei em minhas aulas outra adaptação em virtude de um aluno com Daltonismo. Ao invés de utilizar cores diferentes, utilizei formas (cone x chapéu chinês). Além disso, alguns alunos precisam de mais tempo para a realização da corrida. Sendo assim, o colega da outra fila, espera que ele chegue para sair. Alunos cadeirantes precisam de auxílio na locomoção com a cadeira e para colocarem o cone no local que desejam.



Plano de Aula 2:

Adedanha corrida (adaptada)

Materiais:

Papel, caneta e cadeira.

Atividades:

1. Explicação do Jogo:

·Assim como o jogo da velha, a atividade foi relacionada à Adedanha, Adedonha ou Stop tradicional, em que se usa papel e caneta, e o objetivo do jogo é preencher categorias de palavras começando com uma determinada letra dentro de um tempo limite. Nesta atividade, também são formadas duas filas que competirão entre si.

2. Atividade principal:

·Divida os alunos em duas equipes;

·O professor escolherá uma letra e ao seu sinal, um aluno de cada fila corre em direção ao seu colega que estará anotando as respostas e fala um dos itens com a letra indicada, retornando à sua equipe para que o próximo colega faça o mesmo. Em cada rodada ganha a fila que terminar todos os itens primeiro;

·As categorias podem variar. Em minhas aulas utilizo: Nome, Animal, Cor, CEP (cidade, estado ou país), Comida, Profissão, Objeto, NFDS (novela, filme, desenho, série) e Esporte;

·Realize várias rodadas.

3. Encerramento:

·Reflexão sobre o que aprenderam, como podem melhorar e como podem adaptar a atividade às necessidades de todos.

Adaptações para uma Educação Física Inclusiva:

Assim como na atividade anterior, alguns alunos precisam de mais tempo para a realização da corrida. Sendo assim, o colega da outra fila, espera que ele chegue para sair. Alunos com deficiência intelectual são acompanhados por outro colega, assim como alunos com deficiência visual, para que se sintam seguros na locomoção. Alunos com deficiência visual participavam ainda anotando as respostas da equipe (em Braille). Alunos cadeirantes participam com o auxílio de colegas ou do professor de apoio. Alunos que por questões de saúde estejam impossibilitados de correr, podem optar por fazer as anotações da equipe.



Plano de Aula 3: Queimada (adaptada)

Materiais:

Uma bola macia.

Atividades:

1. Explicação do Jogo:

·Explique as regras básicas da queimada;

·Destaque a importância de jogar de forma segura e respeitosa.

2. Atividade principal:

·Divida a turma em duas equipes;

·Adapte as regras para incluir todos, como permitir mais tempo para lançar a bola ou usar uma bola mais leve;

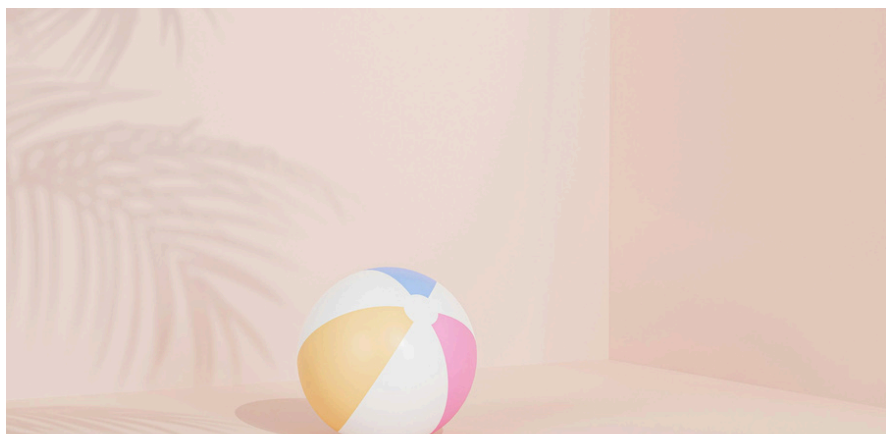
·Enfatize a comunicação e a cooperação entre os jogadores.

3. Encerramento:

·Discussão sobre as estratégias usadas e como se sentiram durante o jogo. Além da reflexão sobre a importância da inclusão.

Adaptações para uma Educação Física Inclusiva:

Estimular que alunos mais ágeis passem a bola para alunos com menos habilidade. Esperar o tempo do colega e ajudá-lo a atingir o objetivo do jogo que é queimar o adversário ao mesmo tempo que se esquia de ser queimado. Alunos com paralisia cerebral participavam em minhas aulas com meu auxílio ou de colegas e professor de apoio tanto para se esquivarem da bola quanto para tentarem queimar ou para passarem a bola. No caso de alunos com deficiência visual, os alunos do time adversário batiam palmas para que com a percepção auditiva o colega soubesse onde jogar a bola (sugestão de uma aluna com deficiência visual), além de ser auxiliado no momento em que a bola estava com a outra equipe.





Tema II

Unidade didática: Esportes



A prática de esportes na Educação Física Escolar é essencial para o desenvolvimento integral dos alunos. Além dos benefícios físicos, os esportes promovem o desenvolvimento emocional, social e cognitivo, e são uma poderosa ferramenta para a inclusão e a valorização da diversidade. Por meio dos esportes, os alunos aprendem importantes lições de vida que os acompanham além do ambiente escolar, contribuindo para a formação de indivíduos mais saudáveis, confiantes e respeitosos.

A BNCC traz a classificação dos esportes em: marca, precisão, campo e taco, rede/parede, invasão ou territorial, técnico-combinatório e combate. Sendo assim, trago exemplos de aulas de esporte de invasão, de rede, de marca e de precisão.

Estes planos de aula adaptados de esportes visam proporcionar uma experiência inclusiva e enriquecedora, introduzindo os fundamentos do esporte de forma adaptada para atender às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou limitações, promovendo além da inclusão o desenvolvimento das habilidades motoras e sociais dos alunos. Lembrando que cada necessidade é única, sendo assim, adapte conforme necessário e incentivem sempre a cooperação.



Plano de Aula 1: Esporte de invasão Handebol (adaptado)

Materiais:

Bola leve.

Atividades:

1. Explicação do Jogo dos 7 passes:

- Explique brevemente as regras básicas do handebol adaptado;
- Demonstre os principais fundamentos: passe e recepção;
- Ressalte a importância do trabalho em equipe e da cooperação.

3. Atividade principal:

- O "Jogo dos 7 Passes" é uma brincadeira popular que trabalha fundamentos do handebol onde os participantes se espalham na quadra e passam uma bola entre si, com o objetivo de completar sete passes consecutivos sem deixá-la tocar no chão (exceto no passe quicado). Utiliza-se uma bola leve, como de borracha;
- Os jogadores são divididos em duas equipes e devem se movimentar, passando a bola rapidamente (menos de 3 segundos) para evitar que os adversários a alcancem. A contagem dos passes é feita em voz alta, e se o grupo conseguir completar os sete passes, ele ganha um ponto.

3. Encerramento:

·Conduza uma discussão sobre a experiência do jogo e sobre os fundamentos do esporte trabalhado;

·Incentive os alunos a compartilharem o que aprenderam e como se sentiram durante a aula;

·Destaque os pontos positivos, como a participação ativa de todos e a melhoria nas habilidades do handebol adaptado.

Adaptações para uma Educação Física Inclusiva:

Para alunos com deficiência física, é recomendado o uso de bolas mais leves e macias para facilitar sua manipulação. Alunos cadeirantes necessitam de auxílio na locomoção durante a atividade, seja do professor ou colegas. Ajustes na distância de passe devem ser feitos para atenderem às necessidades individuais. Para alunos com deficiência visual, o uso de bolas sonoras pode facilitar a localização da bola durante o jogo, no entanto, na falta de materiais adaptados, os demais colegas podem bater palmas ou sinalizar com outro som, para que o aluno saiba onde lançar a bola, além da oferta de orientação verbal durante as atividades. Outra adaptação para deficientes visuais é ele ficar em dupla. Sua dupla realiza a recepção por segurança, e ele realiza o passe. Já para alunos com deficiência intelectual, é recomendado simplificar as instruções e regras do jogo, oferecendo suporte individualizado conforme necessário, e promover um ambiente de apoio e incentivo, valorizando as contribuições de todos os alunos. Para alunos com habilidades pouco desenvolvidas ou outra dificuldade, pode ser necessário um tempo maior para realizar o passe. Em outra experiência minha, um aluno se sentia inseguro em receber a bola diretamente, em virtude de sua fofobia, óculos e outras dificuldades visuais, sendo assim, o passe quicado era uma boa opção para ele, além de bolas com cores escuras, ao invés das claras.



Plano de Aula 2: Esporte de invasão Futebol (adaptado)

Materiais:

Bola de futebol ou bola de guizo.

Atividades:

1. Explicação do Futebol de 2 ou futebol vendado:

·Demonstre e explique os fundamentos básicos do futebol, como driblar, passar e chutar.

2. Atividade principal:

·Divida os alunos em duas equipes de 9 alunos em cada (4 duplas e um goleiro);

·Em cada dupla, um aluno fica vendado e o outro não (exceto nos casos de alunos com deficiência visual). As duplas dão as mãos. Apenas o aluno vendado pode fazer gol. O acompanhante auxilia apenas no domínio da bola e na orientação ao colega.

3. Encerramento:

·Reúna os alunos e faça uma reflexão sobre o que aprenderam durante a aula. Discuta os fundamentos e regras do esporte trabalhado;

·Tente promover a sensibilização nos alunos através do que sentiram durante a prática.

Adaptações para uma Educação Física Inclusiva:

Alunos com deficiência física, podem ser os goleiros, com auxílio ou não. Como a atividade utiliza vendas, a bola de guizo pode ser utilizada para todos e no caso de não ter, o auxílio é apenas com a orientação da dupla. Alunos com deficiência intelectual, também são ajudados pela dupla.



Plano de Aula 3:

Esporte de rede

Vôlei (adaptado)

Materiais:

Bola de vôlei.

Atividades:

1. Explicação do Câmbio sentado:

· Demonstre e explique os fundamentos básicos do Câmbio como receber a bola, realizar três passes, antes de passar a bola para o campo adversário por cima da rede.

2. Atividade principal:

· Divida os alunos em duas equipes e eles se sentam no chão (exceto alunos cadeirantes, que podem permanecer sentados na cadeira de rodas);

· O jogo se inicia com um aluno ajoelhado sacando a bola de vôlei. Em casos de o aluno não conseguir sacar ajoelhado, ele pode apenas passá-la por cima da rede;

· Quando a bola atravessa a rede, o aluno sentado tenta receber a bola sem deixá-la cair no chão. Não é permitido se levantar, apenas deitar na hora de receber a bola;

· Após a recepção, esse aluno passa para um colega do time, esse passa para outro que finaliza jogando a bola para o outro lado. Se a bola cair no chão, o ponto é da equipe adversária. Se o aluno passar a bola sem dar 3 passes na própria equipe também perde o ponto. O saque é realizado no mesmo local que o aluno se encontra. Ganha a equipe que completar 15 pontos.

3. Encerramento:

- Reúna os alunos e faça uma reflexão sobre o que aprenderam durante a aula;
- Relacione alguns fundamentos ao vôlei;
- Promova uma discussão sobre a inclusão.

Adaptações para uma Educação Física Inclusiva:

Alunos cadeirantes podem permanecer na cadeira ao invés de se sentarem no chão. Alunos com deficiência visual ficam em duplas que recebe a bola e passa para que ele realize o passe.



Plano de Aula 4: Esporte de marca Atletismo (adaptado)

Materiais:

- Bastões de revezamento (ou qualquer objeto que possa ser passado de mão em mão);
- Cones para marcar o percurso.

Atividades:

1. Explicação da Corrida de revezamento:

- Explique as regras do revezamento e a importância da troca do bastão.

2. Atividade principal:

- Divida os alunos em equipes de 4 alunos;
- Cada equipe deve completar um percurso passando o bastão entre os membros;
- Realize várias rodadas, podendo alterar o percurso ou adicionar obstáculos.

3. Encerramento:

- Reflexão sobre o que aprenderam e como podem melhorar;
- Abordar o conceito de esportes de marca e suas diferentes provas, implementando uma atividade prática que envolve um tipo de corrida focada na cooperação entre os participantes.

Adaptações para uma Educação Física Inclusiva:

Alunos cadeirantes devem ser auxiliados pelos professores e/ou colegas em sua locomoção. Alunos com deficiência visual ou intelectual, podem realizar o percurso em dupla. Alunos com mobilidade reduzida, precisam de um tempo maior para a realização da atividade.



Plano de Aula 5: Esporte de precisão Bocha (adaptada)

Materiais:

- Conjunto de bolas de bocha (incluindo bola-alvo), na ausência de bolas de bocha, pode adaptar;
- Cones para delimitar a área de jogo;
- Rampas de lançamento (se necessário para alunos com deficiência física).

Atividades:

1. Explicação da Bocha:

- Explique brevemente as regras básicas da bocha;
- O objetivo é lançar as bolas de forma que fiquem o mais próximo possível da bola-alvo;
- Cada jogador ou equipe lança uma bola por vez, alternando entre os times;
- Após todas as bolas serem lançadas, a equipe com a bola mais próxima da bola-alvo ganha pontos;
- Demonstre a técnica básica de lançamento.

2. Prática de Lançamento:

- Divida os alunos em grupos pequenos;
- Cada grupo pratica lançar as bolas, focando na precisão e no controle;
- Ofereça feedback individual e dicas de aprimoramento.

3. Jogo Adaptado:

·Divida a turma em equipes (2-4 alunos por equipe);

·Delimite a área de jogo com cones ou fitas;

·Se necessário, utilize rampas de lançamento para alunos com dificuldades motoras;

·Adapte à distância de lançamento conforme necessário para diferentes habilidades dos alunos.

4. Encerramento:

·Reúna os alunos para discutir a experiência do jogo;

·Explorar o esporte, abordando suas regras, técnicas e estratégias, além de esclarecer as dúvidas dos alunos para garantir um entendimento completo e prático da modalidade;

·Enfatizar a importância de adaptar o jogo para todos os envolvidos na prática.

Adaptações para uma Educação Física Inclusiva:

Para alunos com deficiência física, é recomendado o uso de rampas de lançamento para facilitar sua participação, permitindo que um assistente auxilie no posicionamento da bola e na utilização da rampa, além de ajustar a área de jogo para acomodar cadeiras de rodas, se necessário. Rampas de acesso podem ser utilizadas. Para alunos com deficiência visual, sugere-se o uso de bolas sonoras para que possam localizar a bola pelo som, além da disponibilização de um parceiro guia para auxiliar na orientação e no lançamento, e da delimitação da área de jogo com fitas ou cordas táteis para melhor percepção espacial. Já para alunos com deficiência intelectual, é importante simplificar as regras e fornecer instruções claras e repetitivas, oferecendo feedback positivo e encorajamento constante, e utilizando demonstrações visuais e ajudas físicas para explicar as atividades de forma acessível.



Considerações finais

Diante da perspectiva apresentada neste livro, conclui-se que a verdadeira inclusão no ambiente escolar é muito mais do que simplesmente garantir que alunos com diferentes habilidades e características estejam presentes na sala de aula. Envolve criar um ambiente acolhedor, respeitoso e acessível, onde todos os alunos se sintam valorizados, aceitos e capazes de participar plenamente das atividades educacionais.

Isso significa reconhecer e respeitar a diversidade de habilidades, necessidades, culturas e identidades dos alunos, adaptando o currículo, os métodos de ensino e os recursos pedagógicos para atender às suas necessidades individuais. Além disso, envolve promover o respeito mútuo, a empatia e a compreensão entre todos os membros da comunidade escolar.

A autêntica inclusão transcende a mera presença física na sala de aula, visando assegurar que todos os estudantes desfrutem de igualdade de acesso ao ensino, participação plena nas atividades escolares e possibilidades para alcançar seu pleno desenvolvimento. Isso demanda um compromisso constante com a equidade, a justiça social e a defesa dos direitos humanos dentro do ambiente escolar.

Nesse sentido, estratégias como a elaboração de planos de ensino individualizados, a utilização ou construção de materiais concretos, o estímulo à participação plena dos alunos em todas as atividades regulares, o auxílio de colegas em atividades na sala e na Educação Física, a assistência dos professores de apoio e o acesso à sala de recursos contribuem para a promoção da inclusão.

Além disso, tanto a atitude inclusiva quanto a acessibilidade física, que garantem que todos os alunos possam desfrutar de todas as áreas da escola, desempenham um papel crucial nesse processo.

Portanto, de modo geral, o objetivo deste recurso pedagógico, é sensibilizar e contribuir para a reflexão, a problematização e a implementação de ações concretas em prol da inclusão social dos alunos com deficiência no ambiente escolar. Especificamente, nosso foco é a Educação Física no contexto da escola.

Nossa expectativa é de que esta obra seja uma referência relevante para a pesquisa no âmbito da inclusão do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física na escola e que a mesma possa contribuir para que outras experiências exitosas sejam uma realidade na rotina docente de muitos professores bem como na vida escolar de outras instituições de ensino público.



Referências

ANDRADE, E. V. *Planejamento coletivo e o trabalho pedagógico de educação física na Escola de Educação Básica da UFU: avanços e possibilidades*. 1999. 213f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

BARCELOS, Fernanda de Melo. *Acessibilidade e inclusão de deficientes físicos nas aulas de educação física no município de sombrio*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Educação Física, Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma, 2011.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. In: *Caderno Cede*. Ano XIX, n. 48, p. 69-88, ago. 1999.

BRASIL. *Lei n° 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 24/01/2023.

BRASIL. *Lei n° 5.692*, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2° graus, e dá outras providências. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 24/01/2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 24/01/2023

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 24/01/2023.

BRASIL. Presidência da República. *Lei no 10.793, de 1º de dezembro de 2003*. Diário Oficial, Brasília, 2 dezembro 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10793-1-dezembro-2003-497217-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 25/01/2023.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. *Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 26/01/2023.

BRASIL. *LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 24/01/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_1_10518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 24/01/2023.

BUENO, José Geraldo Silveira. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial?. In: BUENO, José Geraldo Silveira; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SANTOS, Roseli Albino dos (Org.). *Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise*. Araraquara: Junqueira e Marin; Brasília, DF: Capes, 2008. p. 43-63.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. *A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns: avaliação do rendimento acadêmico*. UFSCar, São Carlos, 2001.

CARVALHO, Telma Cristina Pichioli. *Arquitetura escolar inclusiva: construindo espaços para educação infantil*. 2008. 342 f. Tese (Doutorado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2008.

CUNHA, Eugênio. *Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

DARIDO, Suraya Cristina. Os conteúdos da Educação Física escolar: influências, tendências, dificuldades e possibilidades. *Perspectivas da educação física escolar*. UFF, v.2, n.1, p. 5-25, 2001.

DARIDO, Suraya Cristina. *Ensinar/aprender educação física na escola: influências, tendências e possibilidades*. In: DARIDO, S.C.; MAITINO, E. M. (Org.). *Pedagogia cidadã: Cadernos de formação: Educação Física*. São Paulo: UNESP, 2004.

DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. *Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPcD/Diversitas/USP Legal* – São Paulo, junho/2013. Disponível em: http://www.memorialdainclusao.org.br/ebook/Textos/Adriana_Dias.pdf. Acesso em: 23 de jan de 2024.

DIEHL, Rosilene Moraes. *Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência*. São Paulo: Phorte, 2006.

FILHO, Lino Castellani. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 27ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FREITAS, Soraia Napoleão. *A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo*. São Paulo. Summus. Editorial. 2006.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Entre o “não mais” e o “ainda não”: pensando saídas do não-lugar da EF Escolar II. *Cadernos de Formação RBCE*, p. 10-21, mar. 2010.

JÚNIOR, Paulo Ghiraldelli. *Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira*. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003. 63 p.

KOLOTOUCHKINA, Olga et al. Disability, Sport, and Television: Media Visibility and Representation of Paralympic Games in News Programs. *Sustainability*, v. 13, n. 1, p. 256, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su13010256>

LAGE, Sandra Regina Moitinho; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; KAWAKAMI, Tatiana Tissa. O Capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia a dia. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, [S. l.], v. 28, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e93040. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/93040>. Acesso em: 6 fev. 2024.

LEITE, Flávia Piva Almeida; RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes; FILHO, Waldir Macieira da Costa. *Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência- Lei n. 13.146/2015* / coordenação de Flávia Piva Almeida Leite, Lauro Luiz Gomes Ribeiro e Waldir Macieira da Costa Filho. -2. ed. -São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

LIMA, Francisco José de; SILVA, Fabiana Tavares dos Santos. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. In: SOUZA, Olga Solange Herval (Org.). *Itinerários da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas*. Porto Alegre: Editora AGE, 2008.

MARCHESAN, Andressa; CARPENEDO, Rejane Flepke. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. *Revista Trama* v. 17 n°40, 2021: 45-55. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/download/26199/17003/100306>. Acesso em: 29 ago. 2023.

MARTIN, Mário Toboso. "Capacitismo". In: PLATERO, R. Lucas; ROSÓN, Maria; ORTEGA, Esther (eds.): *Barbarismos queer y otras esdrújulas*. Barcelona. Bellaterra. 2017. p. 73- 81.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Construindo um "lócus" de pesquisas sobre inclusão escolar. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. *Temas em educação especial: avanços recentes*. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.

MUNSTER, Mey de Abreu Van; ALMEIDA, José Júlio Gavião de. *Um olhar sobre a inclusão de pessoas com deficiência em programas de atividade motora: do espelho ao caleidoscópio*. In: RODRIGUES, D. (Org.). *Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo*. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais*. 1994. Espanha: Salamanca, 1994.

PASQUALOTTI, Paulo; PASSERINO, Liliana Maria. (2006). *Critérios de Usabilidade e de Acessibilidade em software de construção de narrativas colaborativas*. IN: Anais do IBERDISCAP, 20-22.

RESOLUÇÃO n.º 4, de 2 de outubro de 2009. *Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação especial*, Brasília: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em 14/10/2023.

RIBAS, João Baptista Cintra. *O que são pessoas deficientes*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RISSI, Simone. *O ambiente e a acessibilidade na escola e nas aulas de educação física: a perspectiva de uma aluna com deficiência visual*. 2010. 79 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2010.

RODRIGUES, David; LIMA-RODRIGUES, Luzia. Formação de professores e inclusão: como se reformam os reformadores?. *Educar em Revista*, n. 41, p. 41-60, 2011.

SALERNO, Marina Brasiliano; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. Educação física escolar como espaço inclusivo. In: *Movimento e Percepção*, Espírito Santo do Pinhal, v.4, n. 4/5, p.01 – 12, jan./dez. 2004.

SANTOS, Martinha Clarete Dutra dos. O direito das pessoas com deficiência à educação inclusiva e o uso pedagógico dos recursos de tecnologia assistiva na promoção da acessibilidade na escola. *Revista InFor*, n.1, p. 51-60, 2015.

SANTOS, Natanniele Felício dos.; SOUZA, Janayna. Capacitismo no ambiente escolar: implicações para alfabetização científica do estudante com deficiência / Empowerment in the school environment: implications for scientific literacy of students with disabilities. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 7, n. 9, p. 86920-86934, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n9-042. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/35441>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SOUZA, Vanessa Alves de.; FARIAS, Adenize Queiroz de. Capacitismo e currículo oculto escolar: construindo relações. VI Congresso Nacional de Educação. *Anais VI CONEDU*. Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/59505>. Acesso em: 23 de jan de 2024.

VAGO, Tarcísio Mauro. Pensar a educação física na escola: para uma formação cultural da infância e da juventude. *Cadernos de formação RBCE*, v. 1, n. 1, 2009.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Educação física na escola: para enriquecer a experiência da infância e da juventude*. 1. ed. Belo Horizonte - MG: Mazza, 2012. v. 1. 200p.

Referências das figuras

Figura 1: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/chao-piso-andar-pavimentos-6763759/> Acesso em 18 de maio de 2024.

Figura 2: <https://www.pexels.com/photo/multiethnic-schoolgirls-having-fun-in-school-yard-5896824/> Acesso em 18 de maio de 2024.

Figura 3: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/campo-area-escola-grama-8941650/> Acesso em 18 de maio de 2024.

Figura 4: Acervo próprio da autora, 2024 (Muro da Escola Estadual Benedito Valadares).

Figura 5: Acervo próprio da autora, 2024 (Muro da Escola Estadual Benedito Valadares).

Figura 6: Acervo próprio da autora, 2024 (Muro da Escola Estadual Benedito Valadares).

Figura 7: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/tic-tac-toe-desenhado-a-giz-com-tres-coracoes-alinhados-220055/> Acesso em 18 de maio de 2024.

Figura 8: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/lapis-amarelo-em-papel-pautado-branco-105770/> Acesso em 30 de maio de 2024.

Figura 9: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/leve-luz-light-praia-8566875/> Acesso em 30 de maio de 2024.

Figura 10: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/bola-esfera-baile-basquetebol-8415908/> Acesso em 30 de maio de 2024.

Figura 11: Acervo próprio da autora, 2024 (Muro da Escola Estadual Benedito Valadares).

Figura 12: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/crianca-jogando-futebol-296302/> Acesso em 30 de maio de 2024.

Figura 13: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/rede-de-voleibol-roxa-1552620/> Acesso em 30 de maio de 2024.

Figura 14: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/realizacao-conquista-facanha-atleta-8533449/> Acesso em 30 de maio de 2024.

Figura 15: <https://pixabay.com/pt/photos/boule-bolas-de-bocha-franc%C3%AAs-2458585/> Acesso em 30 de maio de 2024.

Figura 16: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/verao-arvores-concreto-esvaziar-8362532/> Acesso em 30 de maio de 2024.



Agradecemos a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste e-book, cujos esforços foram fundamentais para o sucesso deste trabalho.



FRANCIELLI DE BARROS DELAZARI

ORIENTADORA:
PROF^a. DR^a. ISABEL CRISTINA
VIEIRA COIMBRA DINIZ